



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE HUMAITÁ

DECRETO MUNICIPAL Nº. 072/2021. Humaitá, RS. 21 de junho de 2021.

DETERMINA, DIANTE DO AGRAVAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), EM OBSERVÂNCIA AO SISTEMA DE MONITORAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19, GERENCIADO PELO GABINETE DE CRISE DO GOVERNO DO ESTADO, INSTITUÍDO PELO DECRETO Nº 55.882, DE 15 DE MAIO DE 2021, EM CARÁTER EXTRAORDINÁRIO E TEMPORÁRIO, COM CARÁTER COGENTE, NO ÂMBITO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE HUMAITÁ, EM QUANTO PERDURAR A SITUAÇÃO DE ALERTA EMITIDO EM 18 DE MAIO DE 2021, A ADOÇÃO DAS MEDIDAS SANITÁRIAS DETERMINADAS NO PLANO DE AÇÃO REGIONAL.

PAULO ANTONIO SCHWADE, Prefeito Municipal de Humaitá, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições constitucionais e legais, considerando a necessidade de estabelecer os procedimentos legais, sanitários e técnicos para aplicação nas atividades sociais, econômicas, esportivas e eventos em geral, realizados pela comunidade local, bem como as práticas adotadas em bares, restaurantes e similares, e

CONSIDERANDO a necessidade de adequações, ajustes e melhoria contínua no processo de enfrentamento e combate à pandemia, conforme estabelecido pelo novo sistema de distanciamento controlado adotado pelo Estado em conjunto com as Regionais-Covid e os Municípios vinculados;

CONSIDERANDO a necessidade de administrar adequadamente o controle estatal das atividades sociais e econômicas da comunidade,



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE HUMAITÁ

reduzindo as ações e práticas não autorizadas, especialmente aglomerações e as formas variadas de concentração de pessoas;

CONSIDERANDO a possibilidade de estabelecer procedimentos de prevenção, cuidados e fixação de medidas sanitárias compatíveis com a situação atual de contágio, dentro de normas técnicas pertinentes;

CONSIDERANDO o grau de conscientização já existente na população e nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços em relação à prevenção e combate ao coronavírus;

CONSIDERANDO o grau de conhecimento até agora adquiridos em relação à pandemia e o manejo mais ajustado da situação por parte do Poder Público e dos órgãos técnicos de assessoramento e acompanhamento regional e local;

CONSIDERANDO as orientações do comitê técnico regional de enfrentamento à pandemia e a adoção das medidas pertinentes aplicadas e fiscalizadas pelo ente municipal;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de adoção do plano de ação regional e a instituição de parceria com a comunidade local, através de suas lideranças sociais, comunitárias, empresariais e de grupos de pessoas ou de interesses pontuais e coletivos;

CONSIDERANDO a autonomia constitucional e gerencial dos Municípios no que respeita às ações de saúde, controle epidemiológico e atos administrativos pertinentes;



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE HUMAITÁ

CONSIDERANDO o aumento de casos ativos de COVID-19 em nosso Município na última semana anterior à data deste Decreto;

DECRETA:

Art. 1º Ficam instituídos os protocolos que definem as medidas técnicas e sanitárias para os estabelecimentos públicos ou privados, das atividades sociais e econômicas, nos termos do Decreto Estadual n.º 55.882/2021, sem prejuízo de outros que vierem a ser fixados ou alterados pelo Comitê Técnico Regional, enquanto perdurar a situação de alerta emitido pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a adoção das medidas sanitárias determinadas no Plano de Ação Regional – R13.

Art. 2º O Plano de Ação Regional de Enfrentamento à Pandemia é de cumprimento obrigatório para os setores social, produtivo, de serviços e por toda comunidade local.

Art. 3º O Município poderá adotar medidas sanitárias substitutivas ou adicionais mais restritivas, de acordo com a situação específica, devidamente comunicada ao Comitê Técnico Regional, para análise e avaliação dos procedimentos pontuais e em relação ao conjunto dos demais Municípios.

Art. 4º O Município deverá realizar o acompanhamento permanente da situação epidemiológica e da evolução do quadro pandêmico, informando diariamente os dados pertinentes ao Comitê Técnico Regional.

Art. 5º Ficam determinadas, de forma cogente e cumulativamente às medidas sanitárias dispostas nos protocolos de atividades



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE HUMAITÁ

obrigatórias e variáveis do Anexo Único do Decreto n.º 55.882, de 15 de maio 2021, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, as seguintes medidas previstas no Plano de

Ação Regional, que deverá ser objeto de realização conjunta entre o Poder Público e a comunidade local:

I – vedação de abertura para atendimento ao público, bem como de permanência de clientes nos recintos ou nas áreas internas e externas de circulação ou de espera de Restaurantes, Bares, Lanchonetes, Sorveterias e similares (CNAE: 56), todos os dias da semana, durante o horário compreendido entre as 21h e às 6h, sendo permitido o ingresso no estabelecimento até as 20h e a permanência máxima até as 21h;

II – vedação do funcionamento de atividades não essenciais, tais como Restaurantes, Bares, Lanchonetes, Sorveterias e similares (CNAE:56), durante o horário compreendido entre as 21h e às 6h, sendo permitido somente serviços de tele entrega;

III – os eventos infantis, sociais e de entretenimento em *buffets*, casa de festas, casa de shows, casas noturnas, restaurantes, bares e similares (CNAEs: 82, 90, 91, 92 e 93), além dos Protocolos de Atividade Obrigatórios e Variáveis da Atividade específica, deverão observar e aplicar os Protocolos de Atividade Variáveis para Restaurantes, Bares, Lanchonetes, Soverterias e similares (CNAE:56);

IV – proibida toda e qualquer prática coletiva de esportes em área pública e privada (futebol de todas as modalidades, canchas de bochas, entre outros esportes).

V – vedação da permanência em locais públicos abertos, sem controle de acesso (ruas, calçadas, praças, parques, lagos, rio e similares), permitidas apenas circulação, observado distanciamento interpessoal, uso obrigatório de máscara.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE HUMAITÁ

Art. 6º Além das disposições constantes no Plano de Fiscalização Municipal, em observância a Alerta recebido pelo Estado, o Município deverá:

I – reforçar através de meios de comunicação, redes sociais e campanhas locais, sobre o uso correto de máscaras, álcool gel, distanciamento adequado e a ventilação em ambientes fechados;

II – ampliar seus locais de testagem e orientar a Vigilância em Saúde para que os estabelecimentos realizem as buscas ativa de funcionários com sintomas de síndrome gripal, e encaminhe os suspeitos para a testagem, enfatizando para que população em geral garantem e respeitem o isolamento de casos suspeitos e confirmados;

III – no âmbito de manutenção de vacinas, deverá ter um controle mais assíduo, com contato telefônico e busca ativa, se for o caso, para realizar a vacinação em primeira ou segunda dose, bem como aumentar a ação de Fiscalização nas aglomerações, lotação de estabelecimentos, e ao cumprimento dos protocolos mínimos obrigatórios em geral.

Art. 7º Caberá ao Município, através de servidores designados para tal finalidade, bem como a toda sociedade local, mediante o compromisso com suas lideranças, a colaboração efetiva da fiscalização dos procedimentos fixados no plano de ação regional, especialmente os obrigatórios e essenciais para o controle sanitário da pandemia.

Art. 8º A fiscalização deverá ser realizada de forma a compartilhar as responsabilidades pelas medidas implementadas em todas as atividades, de forma expressa, nos seguintes termos:

a) a responsabilidade pelas ações de prevenção e adoção das medidas sanitárias nos estabelecimentos físicos que abrangem as atividades sociais, econômicas e de serviços, estará associada diretamente ao



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE HUMAITÁ

proprietário, dirigente, coordenador, locatário ou qualquer outra pessoa que responda pela área onde se localiza o empreendimento;

Art. 9º Fica determinada, com fundamento no art. 3º da Lei Federal n.º 13.979/20, diante das evidências científicas e da análise das informações estratégicas em saúde a aplicação das medidas sanitárias definidas no plano de ação regional, nos termos do presente Decreto.


Art. 10 Os casos não previstos pelo presente decreto deverão ser resolvidos pelo Comitê Técnico Regional, especialmente em situações de agravamento da situação epidemiológica local e/ou regional.

Art. 11 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto Municipal n.º. 066/2021, de 31 de maio de 2021.

GABINETE DO PREFEITO
MUNICIPAL, aos 21 dias de junho de
2021.


PAULO ANTONIO SCHWADE
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.


ESTELA CRISTINA PENZ
Secretária Municipal de Administração